

A Terapia Familiar Sistêmico-Cibernética: Reflexões Preliminares sobre quem Marca a Próxima Sessão

Maria Beatriz Rios Ricci *

Introdução

Esta nossa reflexão iniciou-se quando começamos a questionar o porquê de algumas famílias, que estávamos atendendo em terapia familiar sistêmica, não voltarem ao tratamento logo após as primeiras sessões.

Naturalmente, uma série de motivos podem ser relacionados, como por exemplo: terem resolvido de outras formas as questões que os levaram a procurar terapia; dificuldades de conciliar seus horários; uma indevida aproximação do terapeuta à família; e outros. Entretanto, neste momento, procuramos desenvolver uma reflexão relacionando a não volta da família ao fato de ser deixado para ela a decisão de marcar ou não a próxima sessão, quando o tratamento está em seu início.

O nosso interesse em desenvolver o estudo por este ângulo advém de uma série de reflexões que temos feito sobre o uso das contribuições da cibernética no desenvolvimento da terapia familiar sistêmica.

Questionamos se as novas contribuições, derivadas da evolução do próprio estudo da cibernética, tornam-se critérios de exclusão para as contribuições anteriormente adquiridas ou se não são novas informações para serem somadas às antigas de maneira a ampliar estas contribuições.

Este questionamento origina-se na falta de esclarecimento que temos notado, quer na literatura especializada sobre o assunto, quer nas discussões sobre a prática das quais temos participado em nossos grupos de pares profissionais, de que ao se estar trabalhando sob o enfoque da cibernética de segunda ordem, deve-se ou não lançar mão das possibilidades fornecidas pela cibernética de primeira ordem. Como se proceder desta forma sugerisse um retrocesso na evolução do processo de formação ou atuação do terapeuta.

Do nosso ponto de vista, esta concepção consiste em pensamento linear e não-sistêmico, ou cibernético, quer de primeira, quer de segunda ordem. Tal concepção de pensamento de terapeuta, poderia mostrar que

RESUMO

O autor reflete sobre o uso das contribuições da cibernética no desenvolvimento da terapia familiar sistêmica.

Conclui que o pensamento sistêmico consiste em "maturidade, experiência" e em exercício constante de procura das contradições.

Abre a discussão sobre as alternativas que possibilitam reconhecer se há ou não uma relação, ao início da terapia familiar, entre desistência e resistência.

* Professora de Serviço Social da PUC-MG, doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP, Terapeuta Familiar.

é um profissional que conhece teoricamente as contribuições possíveis através da cibernética e da sistêmica. Entretanto, parece-me que não consegue incorporá-las ao seu trabalho e AGIR de forma sistêmico-cibernética, livre para transitar entre os recursos de uma e de outra.

O sistema família está aqui compreendido como as interações entre um grupo de pessoas que possuem alguma convivência entre si, para o cumprimento de funções socialmente tidas como básicas para este grupo: de gerar novos elementos; criá-los e educá-los para o convívio social. Sendo que independe de ser ou não simultâneo, ou em conjunto, o cumprimento dessas funções. Isto é, não consiste como uma necessidade ser o mesmo grupo de pessoas quem gera, cria e educa os novos elementos. Pode ser gerado por um grupo e criado por outros. O que nos interessa é que o grupo de pessoas esteja reunido neste momento determinado de suas vidas, interagindo baseado na expectativa do cumprimento dessas funções.

Compreendemos que o enfoque sistêmico direciona-se para as interações entre as diversas relações estabelecidas entre os componentes do sistema, quer entre ele, quer com o meio com o qual interage (HOFFMAN, 1987; MINUCHIM, 1992; ANDOLFI, 1984; PALAZZOLI, 1988; KEENEY, 1992). Para fins de nossa reflexão, procuramos focar duas dessas relações presentes na família que consideramos fundamentais para o desenvolvimento da terapia familiar: a relação do sistema familiar com a cultura do meio no qual vive; a relação do sistema familiar com o conhecimento que tem sobre a terapia familiar sistêmica.

Pretendemos que este estudo nos ajude a compreender os movimentos de interação da família diante da terapia familiar. Como eles podem acontecer quando procuram por um tratamento terapêutico; como se manifestam após as primeiras sessões. A partir destas verificações, procuraremos compreender se tais movimentos estão ou não relacionados com a não volta da família ao tratamento terapêutico, após as primeiras sessões, relacionando com estes movimentos de interação da família no início do tratamento com o fato de se deixar a decisão de marcar ou não a próxima sessão para a mesma.

A Família e a Cultura

Nosso primeiro passo nesta reflexão está direcionada para compreender a relação da família com a cultura da sociedade na qual ela está vivendo naquele

momento, uma vez que "é a cultura que dá forma aos nossos atos e à nossa conduta" (CUÉLLAR, 1992). Embora a família tenha a sua micro-cultura (MOLINA-LOZA, comunicação pessoal, 1990), ou seja, uma rede de critérios pelos quais ressalta ou despreza determinados comportamentos, quer de seus membros, quer do grupo como um todo, não fica impune aos critérios da sociedade com a qual está convivendo, ficando sujeita aos padrões de comportamentos por ela estabelecidos (COSTA, 1983).

Na sociedade em que vivemos urbano-industrial de país do terceiro mundo, não é senso comum na cultura o tratamento terapêutico a nível relacional ou a nível intrapsíquico. Mesmo em outras sociedades, consideradas como mais desenvolvidas, aparece um preconceito sócio-cultural em torno das pessoas que procuram por este tratamento (TELFORD, 1984). São vistas como pessoas incapazes de resolverem por si só seus problemas, podendo inclusive, por isto, serem taxadas de incapazes, fracas ou loucas.

A família, compreendida como um sistema, não é constituída pela soma de seus elementos. Mas pelas relações que se estabelecem a partir das interações entre eles e entre o meio com o qual convivem (MINUCHIM, 1982; PALAZZOLI, 1988). Assim, o que acontece com um de seus membros, que pode ser tanto a nível de sucesso quanto de fracasso, de âmbito econômico, social, físico, emocional etc..., através destas interações repercute nos demais.

Em pesquisas que desenvolvemos com famílias de crianças portadoras de excepcionabilidades, na cidade de Belo Horizonte (RICCI, 1988), constatamos que aos primeiros indícios de algum fator que torne o sistema diferenciado dos demais, há uma reação direcionada para movimentos que procurem identificar a causa do fator estranho ou, ainda, a quem atribuir a culpa do seu aparecimento.

Assim, se um dos membros do sistema família recebe indicações para uma terapia, que pode ser da escola, do médico, e outros, a família depara-se frente a uma constatação de que está "diferente" no seu meio. Analisa-se procurando verificar qual a sua parcela de responsabilidade para que a indicação acontecesse. Analisa-se também qual a parcela de contribuição que pode dar para que o tratamento para aquele seu membro determinado tenha sucesso e chegue logo ao final.

Compreendemos, portanto, que neste momento a família passa primeiro por um processo de reflexão sobre o seu comportamento, e a consequência do mesmo neste membro que está se diferenciando do seu grupo, tornando-a diferente em seu contexto. Este

processo de reflexão pode fazer com que se levantem dúvidas sobre as suas interações internas - aqui definidas como aquelas que mantêm entre os elementos que a compõem, como também sobre suas interações externas - aquelas que mantêm com o meio com o qual vive. O questionamento sobre estas dúvidas, por sua vez, pode levá-la a sentimentos desgastantes, como por exemplo: de desorganização por não saber como interagir neste caso específico; de depressão gerada pela pressão de preconceitos sócio-culturais por estar diferenciando-se no seu meio de uma forma considerada negativa; de fracasso por não ter conseguido resolver por si seus próprios problemas; e outros.

Nesta ótica, consideramos que ao chegar para a terapia familiar, este grupo possa ter sofrido algum tipo de interferência que o fragilizou. Somamos também a esta fragilização, o desgaste ocasionado pela questão problemática que estão vivendo, e mais o receio pelo desconhecido, tanto pelo que está se passando com ela, quanto pelo que poderá vir a acontecer na terapia familiar. E ainda outras fantasias que poderão transformarem-se em resistência ao tratamento.

Compreendendo a família neste contexto é que questionamos se ela encontra em condições de DECIDIR, se deve ou não, marcar uma próxima sessão.

A Família e o Contexto da Terapia Familiar Sistêmica

Como posto anteriormente, o conhecimento sobre o que vem a ser a terapia familiar não é comum em nossa cultura. É natural surgirem dúvidas na família sobre que tipo de tratamento é este quando recebe a indicação.

Em nossa prática, pesquisando junto às famílias que atendemos, e a outros colegas terapeutas, identificamos que a grande maioria das famílias comparece à sessão com o intuito de ajudar ao terapeuta a resolver o "problema" daquele seu membro que, nas interações relacionais do sistema, emergiu como sendo o "problemático".

Isto demonstra que, até este momento, a família pode estar desconhecendo que o tratamento envolve a todos. Não como informantes sobre o "problema", mas como elementos ativos do processo que o gerou. Estando todos, portanto, passivos ao tratamento.

Outra constatação a que chegamos, a partir de nossa prática e estudos (RICCI, 1992), foi que tanto a indicação quanto a demanda de uma terapia não advém inicialmente da própria família, mas de uma

referência externa a ela. Ou de médicos, de psicólogos, de assistentes sociais, pedagogos, amigos e outros.

Entretanto, esses profissionais, ou o amigo que indicou a terapia familiar, mesmo tendo um conhecimento profundo sobre o trabalho, não é o terapeuta que está entrando no sistema para trabalhar com ele na condição de terapeuta.

Por isto, considerar em primeiro lugar que a família está ciente do processo pelo qual passarão, e em segundo que o terapeuta já tem o seu vínculo-terapêutico com este grupo, apenas porque estão presentes à sessão, pode ser um engano que leva a família a resistir ou a abandonar o tratamento logo no início. Uma vez que não sabem ao certo o que estão fazendo ali, ou qual é a proposta do trabalho, e o porque da necessidade de voltarem.

A terapia familiar, segundo Sluzki (1987), "é um processo de transformação coletiva de significados". E, de acordo com Bateson (1976), o significado de um dado elemento é determinado pela relação que estabelece com o contexto no qual está inserido. Assim, um mesmo fato ou palavra, pode ter significados diferentes em relação a diferentes contextos.

Com isto, queremos dizer que é fundamental ao terapeuta, para o desenvolvimento do seu trabalho, identificar a diferença entre os contextos da indicação da terapia e da terapia em si. E trazer a família para o contexto desejado. Caso contrário, corre o risco de trabalhar em um contexto, enquanto que a mesma encontra-se em outro.

Considerando também que a terapia familiar é um espaço conversacional (GIACOMO, 1986; FOERTSTER, 1987; GOOLISHIAN, 1989), onde o terapeuta procura estabelecer, através de interações, condições para o desenvolvimento da comunicação e, que "sem contexto não há comunicação" (BATESON, 1976 p.432), a família por estar em um contexto diferenciado do terapeuta, pode inclusive ter dificuldades de compreender e participar das interações que o mesmo está procurando estabelecer.

Diante deste quadro, mais uma vez, indagamos se a família encontra-se em condições de reunir todos os elementos/informações de que precisa para DECIDIR se marca ou não uma próxima sessão.

Reflexões Preliminares Sobre a Terapia Familiar Sistêmica e Algumas Contribuições da Cibernética.

De uma forma sintetizada, podemos compreender a cibernética como uma teoria que se ocupa do estudo

dos mecanismos reguladores dos movimentos dos sistemas. Sendo que, inicialmente, preocupava-se apenas com os sistemas auto-reguladores (HOFFMAN, 1990). Ou seja, os mecanismos de regulação do sistema que o levava a corrigir o seu desvio, voltando-o ao estado de equilíbrio/organização no qual anteriormente se encontrava. Evoluindo em seus estudos, a cibernética passou a considerar também os sistemas auto-organizáveis (HOFFMAN, 1990), aqueles sistemas cujos mecanismos de regulação corrigiam o seu desvio levando-o a um equilíbrio/organização diferente ao que possuía no estágio anterior, precedente à sua desorganização.

Desta forma, compreendendo a diferença na classificação dos sistemas e a diferença entre o equilíbrio/organização conseguido através de seus mecanismos reguladores, na primeira fase de seus estudos a cibernética é divulgada como cibernética de primeira ordem; e, na segunda, como cibernética de segunda ordem (KEENEY, 1987; HOFFMAN, 1990; SLUZKI, 1987). Salientamos a existência de autores que usam outras nomenclaturas para designar as cibernéticas. Sobre este assunto, remetemos os interessados ao estudo de Esteves de Vasconcelos (1992). Em nosso trabalho dotaremos a nomenclatura acima especificada.

Na concepção da cibernética de primeira ordem, a família é vista como um sistema auto-regulador (KEENEY, 1987). Desta forma, através dos mecanismos reguladores de seus movimentos, é capaz de receber os estímulos de fora do sistema, e processando-os, levar o sistema a uma auto-estabilização, voltando às condições de equilíbrio/organização em que se encontrava anteriormente.

Dentro desta concepção, a atuação do terapeuta de família sistêmico-cibernético é realizada através de interações instrutivas que estabelece com o sistema, onde procura ampliar o desvio e transmitir estímulos para a autocorreção retornando ao equilíbrio/organização do estágio anterior (SLUSKI, 1987). As sessões são planejadas antecipadamente, escolhendo-se as técnicas e os recursos necessários para se alcançar um objetivo determinado.

Na concepção da cibernética de segunda ordem a família é vista como um sistema auto-organizável (KEENEY, 1987). Ou seja, os mecanismos reguladores de seus movimentos levam o sistema a se auto-organizar em um equilíbrio diferente daquele no qual antes se encontrava. Ultrapassando as suas condições anteriores, sendo capaz de se reorganizar e equilibrar-

se nas novas condições, sem voltar para o estágio anterior no qual se encontrava.

É importante ressaltar que este equilíbrio/organização, tanto na cibernética de primeira ordem, quanto de segunda, não é estático. É dinâmico. E na família especificamente, esta dinâmica pode ser percebida através das novas interações que estabelece a cada novo estágio do seu ciclo de vida, tanto no seu interior, quanto com o meio com o qual convive. Índícios de uma cristalização nesta dinâmica, pode ser um sinal de alteração no percurso natural do sistema (MINUCHIM, 1982).

A atuação do terapeuta de família sistêmica-cibernético sob a concepção da cibernética de segunda ordem segundo Sluzki (1987), é de procurar interagir com o sistema família sem uma pré-determinação de sua conduta na sessão, bem como da própria sessão em si. A terapia, considerada como um espaço conversacional (FOERSTER, 1987; GIACOMO, 1986; GOOLISHIAN, 1989), não é direcionada por uma verdade pré-estabelecida do que seja o ideal para a resolução daquela situação. Mas, através das interações estabelecidas entre o terapeuta e a família, são procuradas diferenças significativas na descrição inicial sobre o problema que trouxeram, com o intuito de buscar novas perspectivas sobre o mesmo. Isto porque, dentro desta concepção teórica, o "problema" aparece como resultado das interações comunicacionais entre os elementos do sistema. E estas, por sua vez, levam tais elementos a terem determinados comportamentos, de acordo com a relação que estão estabelecendo com elas (GOOLISHIAN, 1989).

Isto posto, compreende-se que o "problema" "é determinado pela linguagem, e não pela estrutura social..." (GOOLISHIAN, 1989). Utilizando-se dos recursos de uma comunicação tecnicamente dirigida, o terapeuta circula a comunicação entre todos os presentes, desta forma, possibilita o aparecimento de informações relacionais que, por sua vez, podem evidenciar ficções sobre as quais o pensamento de um, ou de todos os elementos do sistema familiar, foi construído (MACEDO, Comunicação Pessoal, 1992). Clareando estas ficções e suas conseqüências é possível buscar novas alternativas que permitam resoluções originais do problema, construídas pelos próprios recursos da família, sem imposições de estruturas pré-estabelecidas e estranhas à ela.

O terapeuta interage com o sistema familiar sem o comportamento de quem está em um nível hierárquico superior, como seria o de um instrutor que passa para seus alunos as diretrizes a serem seguidas. Participa

da sessão no mesmo nível de interação que os elementos da família, "é um participante educado em um processo de transformação de significação." (SLUSKY, 1987).

Como um especialista das interações familiares, o terapeuta possibilita para a família elementos que lhe permitam ver e construir novas alternativas da resolução do "problema". No entanto, fica para a família definir-se pela alternativa que irá seguir. Possivelmente, só tomará aquela que incorporar, estando aí uma de suas características de sistema auto-organizável (MATURANA, 1990).

Considerações Finais

O sistema auto-organizável constitui-se como fechado organizacionalmente, e o seu comportamento é estruturalmente determinado pelo resultado das relações estabelecidas entre seus elementos (GOOLISHIAN, 1989). Dentro destas características não incorpora aleatoriamente mecanismos operacionais externos a ele, "eles mesmos especificam os mecanismos operacionais que lhe são apropriados" (GOOLISHIAN Apud MATURANA E VARELA, 1989). Assim sendo, um estímulo vindo de fora não lhe fornece uma resposta imediatamente, "o sistema determina sua resposta à perturbação" (GOOLISHIAN, 1989). E esta resposta só aparece a partir de uma coordenação interna entre os componentes estruturais do sistema e das relações organizacionais entre eles. Nestas condições, uma informação passada para o sistema, só é por ele incorporada segundo o resultado das interações que se desenvolvem entre os seus componentes, em relação àquela informação.

Sob esta ótica, é que pensamos encontrarem-se as confusões com relação a ser o terapeuta quem decide marcar ou não uma próxima sessão. Se o terapeuta sistêmico escolhe seguir a epistemologia da cibernética de segunda ordem, compreende que uma definição externa ao sistema como, por exemplo, definir que deve voltar para uma próxima consulta, só terá sentido caso venha a atingi-lo segundo aquele processo anteriormente descrito. Isto é, a definição de voltar ou não para a terapia será processada através das interações que os elementos do sistema estabelecerão para este fim. E o seu comportamento será de acordo com o resultado a que chegarem como produto desta interação. Pelos caminhos desta concepção teórica, com-

preendemos que o terapeuta entende que deve deixar para o sistema família a definição se quer ou não voltar para a terapia.

Neste raciocínio é que refletimos se por optar pelo enfoque da cibernética de segunda ordem, o terapeuta sistêmico vê-se impedido de lançar mão dos recursos da cibernética de primeira ordem, e intervir de formas determinadas, estruturadas, diretivas e instrutivas neste momento da terapia.

Isto porque, pelas razões anteriormente expostas neste trabalho, sobre o momento de crise ou de dificuldades pelo qual a família está passando, e pelo seu desconhecimento de que vem a ser uma terapia familiar, é que questionamos se o sistema família está devidamente contextualizado para proceder as interações e decidir-se que comportamento tomar frente à esta nova situação na qual se encontra.

Compreendemos, nessa nossa reflexão preliminar, que o terapeuta sistêmico atuando sob a epistemologia da cibernética de segunda ordem, em primeiro lugar, deve ter claro o objetivo que pretende com o seu trabalho e, em segundo, reconhecer que a sua escolha epistemológica não é um dogma, uma doutrina de fé, uma armadura limitadora que o impede de movimentar-se, de transitar entre os recursos epistemológicos disponíveis, até mesmo aqueles adquiridos através da evolução da cibernética.

Pensamos que o terapeuta sistêmico, sob a epistemologia da cibernética de segunda ordem, deve procurar superar o receio/confusão de poder ou não desenvolver este trânsito entre uma e outra cibernética. Tendo claro que "atrás de qualquer ação prática há um conjunto de teoria ao qual devemos conhecer muito bem, teoria do conhecimento ou epistemologia. No entanto, é recusivo sempre voltar ao anterior, entretanto dando sempre um passo a mais." (MACEDO, Comunicação Pessoal, 1992). Compreendemos que, ao proceder desta forma, utilizando com clareza dos recursos de que dispõem, tem condições de dar este "passo a mais", evoluindo na sua forma de agir profissionalmente.

Compreendendo que o pensamento sistêmico consiste em "maturidade, experiência e um exercício constante de procurar as contradições" (MACEDO, Comunicação Pessoal, 1992), iniciamos esta reflexão com o intuito de abrir a discussão sobre o tema e procurar alternativas que nos possibilitem reconhecer se há ou não uma relação no início da terapia familiar entre a desistência/resistência da família com as confusões epistemológicas do terapeuta.

SUMMARY

The autor makes a consideration about the use of cybernetics contributions in family systemic therapy and concludes that systemic thinking is "maturity-experience" and a constant looking for contradictions. The paper also discusses alternatives to recognize any relationships between desistance and resistance in the beginning of the therapy.

Bibliografias

- 1 ANDOLFI, M. - **Por trás da máscara familiar: um novo enfoque em terapia familiar.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
- 2 BATESON, G. - **Pasos hacia una ecología de la mente.** Trad. Ramón Alcade. Buenos Aires, Ediciones Carlos Lohlé, 1976.
- 3 COSTA, J.F. - **Ordem médica e norma familiar.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- 4 CUÉLLAR, J.P. - **Por um outro desenvolvimento. Folha de São Paulo,** 13 dez. de 1992.
- 5 VASCONCELOS, M.J.E. - **As bases cibernéticas da terapia familiar sistêmicas: contribuições à precisão do quadro conceitual.** Belo Horizonte: UFMG, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- 6 FOERSTER, H. **Objeto, lenguaje y realidad: la creación de contextos terapêuticos.** Desgrabación realizada por M.E.Flores. Revisión técnica realizada por Lic. Susana Jutoran e Dr. Marcelo Pakman, Interfas, 1987.
- 7 GIACOMO, D.; WEIGMARK, N. - **Terapia: um processo conversacional.** Versão corrigida e condensada do artigo "Prática Sistêmica" publicado originalmente in **Family Process** 25(4): 1986. (texto apostilado).
- 8 GOOLISHIAN, H.A.; NINDERMAN, L. - **Constructivismo, autopoieses y sistemas determinados por problemas. Sistemas Familiares** 5 (3):19-29, dez. 1989.
- 9 HOFFMAN, L. - **Fundamentos de la terapia familiar: un marco conceptual para el cambio de sistemas.** Trd. Juan José Utrilla. Fondo de Cultura Económica, México, 1987.
- 10 MATURANA, H. - **Uma nova concepção de aprendizagem.** Palestra para professores do ensino básico. Universidade Católica do Chile. 20 julh. 1990
- 11 MINUCHIM, S. - **Família: funcionamento e tratamento.** Trad. de Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.
- 12 PALAZZOLI, M.S. - et al. **Paradoja y contraparadoja: un nuevo modelo en la terapia de la familia con transición esquizofrénica.** Buenos Aires, Paidós. 1988.
- 13 RICCI, M.B.R. - **O trabalho do assistente social em instituições com famílias de portadores de excepcionalidade - uma proposta.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989. (Dissertação de Mestrado).
- 14 RICCI, M.B.R. - **Reflexões preliminares sobre a demanda em terapia familiar.** Tema livre apresentado no 3º Encontro Brasileiro de Terapia Familiar. Brasília, jun. 1992.
- 15 SLUZKI, C. - **Cibernética y terapia familiar. Um mapa mínimo. Sistemas Familiares(3)2: 65-69,** Buenos Aires, ago. 1987.
- 16 TILMANS-OSTYN, E. - **El analisis de lo que esta en juego en la demanda en lugar del analisis de la queja. Encuentro-Riblasam. Rev. Belga Latino-Americana de Salud Mental** 1:27-39 Colombia, dez. 1989.